



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 569686 - MS (2020/0077031-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ROBESPIERRE FERRAZZA TRINDADE
ADVOGADO : ROBESPIERRE FERRAZZA TRINDADE - RS037748
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : DANIEL BALDO DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : VALDENIR CASSIANO MOREIRA
CORRÉU : RAFAEL CHIAPARINE
CORRÉU : SIDINEI MOREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DANIEL BALDO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (HC n.º 1400038-22.2020.8.12.0000).

Consta nos autos que o Paciente está preso preventivamente, desde 07/10/2019, pela suposta prática do crime do art. 171 do Código Penal, pois seria integrante de grupo criminoso especializado na aplicação de "*diversos golpes [...] sobretudo daqueles nominados como 'Golpe do Bilhete Premiado', especialmente em detrimento de idosos*" (fl. 371). A prisão cautelar foi decretada em 27/09/2019.

Contra o decreto prisional, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Em 13/12/2019, o Juízo singular substituiu a prisão preventiva do Acusado por medidas cautelares diversas da prisão, dentre elas, o pagamento de fiança no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Irresignada com o valor da fiança, a Defesa impetrou novo *habeas corpus*, que foi parcialmente conhecido e, na parte conhecida, a ordem foi parcialmente concedida "*a fim de reduzir o valor arbitrado a título de fiança de DANIEL BALDO para R\$ 200 mil*" (fl. 59).

O acórdão está assim ementado (fl. 52):

"HABEAS CORPUS – ESTELIONATO MAJORADO – ART. 171, § 4º, DO CÓDIGO PENAL – NÃO CONHECIMENTO QUANTO AOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA - PEDIDO JÁ ANALISADO – CABIMENTO DE REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE FIANÇA – REPARAÇÃO DO DANO À VÍTIMA – ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

Tratando-se de matérias já analisadas por ocasião de julgamento de habeas corpus anteriormente impetrado, não se conhece das teses aduzidas quanto aos requisitos da prisão preventiva, aos predicados favoráveis do paciente, ou ao regime prisional eventualmente imposto ao paciente em caso de condenação.

É cabível a redução do valor da fiança para adequação ao montante equivalente ao dano causado à vítima, por ato supostamente cometido pelo paciente.

Considerando que o próprio paciente ofereceu voluntariamente bens e valores de grande monta, não há que se falar em redução maior do valor arbitrado a título de fiança."

Neste writ, a Defesa argumenta que "o paciente responde a delito sem grave ameaça ou violência, possuindo endereço fixo e família constituída, demonstrando-se, portanto, que a prisão é medida grave e DESPROPORCIONAL" (fl. 7).

Assevera que o "paciente está segregado de forma preventiva 'TÃO SOMENTE' por não possuir condições econômicas de pagar a FIANÇA fixada pelo Egrégio Tribunal Estadual, sem considerar A CONDIÇÃO ECONÔMICA DO PACIENTE E NÚMERO DE RÉUS NO PROCEDIMENTO, qual seja, QUATRO ACUSADOS" (fl. 10).

Alega que "A DEFESA NÃO POSTULA A LIBERDADE PLENA DO ACUSADO, MAS SIM CUMULADA COM MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PREVISTAS NO ARTIGO 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (fl. 13).

Menciona o risco de infecção pelo novo coronavírus e argumenta que o presídio não possui estrutura para atender qualquer espécie de ocorrência mais grave que possa vir a acontecer.

Requer, inclusive liminarmente, a imediata soltura do Paciente, com imposição de medidas cautelares diversas da prisão. Subsidiariamente, pleiteia que "seja o valor fixado dividido igualmente entre os quatro réus, sendo que caberá a cada um o recolhimento de sua 'quota parte', o que permitirá a sua soltura imediata" (fl. 14).

Há pedido de sustentação oral.

É o relatório.

Passo a decidir o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora.

Na hipótese, se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

Constato que, em 13/12/2019, o Juízo singular substituiu a prisão preventiva decretada contra o Paciente por medidas cautelares diversas da prisão, nos seguintes termos (fls. 25/26; grifos diversos do original):

"Ao réu imputa-se o crime de estelionato, tipificado no artigo 171 do Código Penal:

CP Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis.

Para o arbitramento de fiança faz-se necessário observar o critério objetivo – quantitativo de pena abstratamente cominada ao delito – e o critério subjetivo – situação econômica do afiançado – conforme preceituam os artigos 325 e 326 do Código de Processo Penal.

O crime de estelionato admite liberdade provisória com fiança por não constar no rol dos crimes inafiançáveis previsto nos artigos 323 e 324 do Código de Processo Penal, atendido assim o critério objetivo.

*O réu veio em juízo por intermédio de seu advogado **requerer o arbitramento da fiança com o objetivo de arcar com as despesas processuais e ressarcimento às vítimas, em caso de eventual condenação**, demonstrando que pretende comparecer no processo, validando a garantia de aplicação da lei penal, atendido assim o critério subjetivo.*

*Desta maneira, considerando o pedido formulado, a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento, **fixo a fiança no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) em dinheiro.***

O réu não poderá, sob pena de quebraimento da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 8 (oito) dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.

O quebraimento injustificado da fiança importará na perda de metade do seu valor.

Outrossim, o réu deverá comparecer perante este Juízo, todas as vezes que for intimado para atos da instrução criminal e para o julgamento.

Se o réu for condenado, o dinheiro dado como fiança servirá ao pagamento das custas, da indenização do dano às vítimas, da prestação pecuniária e da multa.

Em caso de absolvição após o trânsito em julgado da sentença absolutória, o valor atualizado, será restituído ao réu sem desconto, salvo em caso de perda da fiança.

Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, condenado, o acusado não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta.

No caso de perda da fiança, o seu valor, deduzidas as custas e mais encargos a que o acusado estiver obrigado, será recolhido ao fundo penitenciário, na forma da lei.

*Pelo exposto, com base nos artigos 316, 325 e 326 todos do Código Processo Penal, revogo a prisão preventiva de Daniel Baldo da Silva e **aplico as seguintes medidas cautelares: I) Pagamento da fiança no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) em dinheiro a ser transferido para conta única da ação penal n. 0043372-59.2018.8.12.0001; II) comparecer mensalmente em juízo, na Comarca de Passo Fundo/RS, para comprovar suas atividades e seu endereço; III) não se ausentar da Comarca de Passo Fundo/RS; IV) Não evolver-se em novo fato delitivo doloso; V) Recolhimento domiciliar obrigatório no período noturno e finais de semana; VI) Proibição de frequentar bares, praças, boates ou locais voltados ao consumo ou difusão de droga e álcool; VII) comparecer a todos os atos do processo, quando devidamente intimado, sob pena de eventual restabelecimento de sua prisão.***

Em 20/02/2020, o Tribunal local diminuiu o valor da fiança para R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com base na seguinte fundamentação (fls. 58/59; sem grifos no original):

"Considerando que o prejuízo experimentado pela vítima, supostamente por ato do paciente, é de R\$ 200 mil, entendo ser cabível observar tal montante para fins de fixação da fiança, mormente porque ele próprio, quando ingressou com novo pedido ofertou garantia 50% acima do valor do prejuízo, ou, ainda, o valor correspondente em pecúnia, circunstâncias que, concessa venia, permitem a presunção de que disponha de condições para arcar com tal dispêndio.

Entendo que a redução abaixo desse patamar representaria o acolhimento de comportamento contraditório do paciente ('venire contra factum

proprium') e daria ensejo à conclusão apresentada pela autoridade dita coatora, de que 'o acusado tenta 'jogar' com o Judiciário, quando pleiteia e indica o valor a ser fixado como fiança e ao conseguir o benefício afirma que não dispõe de tais valores, a fim de tirar proveito da situação' (f. 238).

Além disso, deve ser mantida tal quantia até mesmo em razão da observância do princípio da boa-fé processual, mormente porque não há como privilegiar o agente que tente se beneficiar da própria torpeza.

Outrossim, não havendo dados suficientes para se aferir o estado de hipossuficiência do paciente – que ofertou bens e/ou valores de grande monta – não há que se falar em redução maior.

[...]

Por fim, veja-se que não há informações de que os outros corréus tenham pago fiança, razão pela qual é incabível acolher a pretensão de 'divisão' do montante entre os acusados.

Por fim, vale frisar que, ao final, caso condenado, poderá haver o eventual reconhecimento da solidariedade entre o paciente e demais interessados, exurgindo, então, eventual direito de regresso, assim como o direito ao ressarcimento de valor excedente, circunstâncias que representam adequação e proporcionalidade quanto ao valor estabelecido."

Como se vê, o Juízo de primeiro grau já substituiu a prisão preventiva por medidas cautelares diversas. A Defesa, no entanto, se insurge contra o valor fixado a título de fiança – inicialmente, foi arbitrada a quantia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), posteriormente reduzida pela Corte de origem para R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Embora não haja nos autos prova plena de que o Paciente possui ou não condições financeiras para arcar com o valor da fiança arbitrada, as particularidades do caso indicam claramente que a falta desses recursos realmente é o fator que impediu a sua liberdade, considerando, em especial, o tempo de prisão cumprido desde a fixação da fiança: **pouco mais de 100 (cem) dias.**

Assim, pelas circunstâncias específicas dos autos, entendo, em juízo preliminar, que a medida cautelar de fiança não pode subsistir, pois ofende a sistemática constitucional que veda que pessoas fiquem presas preventivamente apenas porque não possuem recursos financeiros para arcar com o valor da fiança arbitrada.

Com igual conclusão:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. FIANÇA. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. De acordo com o art. 350 do Código de Processo Penal, 'nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando ser impossível ao réu prestá-la, por motivo de pobreza, poderá conceder-lhe a liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328. Se o réu infringir, sem motivo justo, qualquer dessas obrigações ou praticar outra infração penal, será revogado o benefício'.

2. Na hipótese, verifica-se que a falta de recursos fora fator impeditivo à liberdade do recorrente desde dezembro de 2015 até março de 2016, momento em que foi deferida a liminar neste processo.

3. Recurso ordinário em habeas corpus provido para, confirmando a liminar deferida, conceder ao recorrente o direito de aguardar o julgamento do processo em liberdade sem a necessidade do recolhimento da fiança, sujeitando-se, contudo, às obrigações estabelecidas nos arts. 327 e 328 do CPP, sem prejuízo

da aplicação das medidas cautelares que se mostrem necessárias, a critério do juízo processante."

(RHC 69.265/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 14/09/2018; sem grifos no original.)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRÉVIO WRIT. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. ÓBICE DA SÚMULA N.º 691 DO STF. SUPERAÇÃO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA QUE MANTEVE O DEFERIMENTO CAUTELAR DESTES STJ. VIABILIDADE DO EXAME MERITÓRIO. LIBERDADE PROVISÓRIA DEFERIDA. FIANÇA NÃO PAGA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. ILEGALIDADE. DISPOSIÇÃO DO ART. 350 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. Com o advento da Lei n.º 12.403/11, externaram-se os comandos constitucionais que identificam na prisão provisória o caráter de ultima ratio.

*4. In casu, existe manifesta ilegalidade pois **o não pagamento da fiança arbitrada, por si só, não justifica a preservação da custódia cautelar, a teor do artigo 350 do Código de Processo Penal.***

*5. Trata-se de réu hipossuficiente, que **permaneceu preso mesmo após o arbitramento da fiança, visto não lograr arcar com o montante estabelecido.***

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, ratificando a liminar outrora deferida, a fim de garantir a liberdade ao paciente, independentemente do pagamento de fiança, até o esgotamento dos recursos que vier a interpor em segundo grau, restando mantidas as medidas cautelares já impostas." (HC 445.174/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 22/06/2018; sem grifos no original.)

Tem inteira aplicação o disposto no art. 350 do Código de Processo Penal, *in verbis*:

"Art. 350. Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 deste Código e a outras medidas cautelares, se for o caso.

Parágrafo único. Se o beneficiado descumprir, sem motivo justo, qualquer das obrigações ou medidas impostas, aplicar-se-á o disposto no § 4º do art. 282 deste Código".

Ademais, tendo em vista o risco de contágio pela pandemia do novo coronavírus, o Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, nos autos do HC n.º 568.693/ES, estendeu para todo o país os efeitos da liminar que determina a soltura de presos cuja liberdade provisória tenha sido condicionada ao pagamento de fiança e que ainda estejam na prisão.

Nesse contexto, DEFIRO o pedido liminar a fim de garantir a liberdade provisória ao Paciente, sem fiança, mantidas as demais medidas cautelares diversas da prisão aplicadas pelo Juízo de primeiro grau.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e ao Juízo de primeira instância, encaminhando-lhes cópia da presente decisão e requisitando

informações pormenorizadas acerca do alegado no presente remédio constitucional, nas quais deverão constar, ainda, a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora